

Exmº. Senhor  
Secretário de Justiça

*Sua referência*

*Sua comunicação*

*Nossa referência*

**Ofício Circular nº 01/2007-CD  
2007.02.09**

**ASSUNTO: Transferência dos Depósitos existentes na Caixa Geral de Depósitos**

A Lei nº 53-A/2006, de 19 de Dezembro (Orçamento de Estado para 2007) aditou ao art. 124.º do Código das Custas Judiciais o n.º 8, com vista a permitir a transferência dos depósitos obrigatórios, constituídos até 31/12/2003, para a conta do IGF PJ.

É a seguinte a redacção deste normativo:

“Os depósitos existentes na Caixa Geral de Depósitos na data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 324/2003, de 27 de Dezembro, são objecto de transferência para a conta do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça, mediante ordem do tribunal com jurisdição sobre os mesmos.»

Com vista a concretizar a referida operação e em articulação com a Caixa Geral de Depósitos definiram-se os seguintes procedimentos:

- a) A entidade titular da conta (magistrado e/ou secretário de justiça) profere ordem expressa de transferência;
- b) O Tribunal oficia à respectiva agência bancária, indicando no ofício os seguintes elementos:
  - a ordem de transferência;
  - o número da conta do depósito obrigatório;
  - o montante a transferir.
- c) O ofício deverá ser feito em papel timbrado do tribunal, com jurisdição sobre os depósitos obrigatórios e autenticado com o selo branco.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA  
E PATRIMONIAL DA JUSTIÇA

- d) Por cada transferência efectuada, deverá ser gerado um NIP (número de identificação de pagamento), do qual, a Caixa Geral de Depósitos remeterá o correspondente comprovativo para o tribunal ou, em alternativa, o senhor secretário de justiça procederá à sua recolha junto daquela instituição. O tribunal enviará as respectivas cópias (do ofício entregue na CGD e do depósito autónomo) para o IGFPJ.

Com os melhores cumprimentos.

O Vogal do Conselho Directivo

(Feliciano Martins)